

## PGR afirma que estado não pode legislar sobre transgênicos

O procurador-geral da República, Claudio Fonteles, opinou pela procedência das Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas pelo governador de Mato Grosso do Sul e pelo Partido da Frente Liberal contra a Lei paranaense que proíbe o cultivo, a manipulação, importação, industrialização e comercialização de organismos geneticamente modificados.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, o Estado exorbitou de sua competência ao legislar sobre matéria privativa da União. Ele citou entendimento do relator do processo no Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, que ao deferir a medida cautelar, em dezembro de 2003, considerou inadmissível que o estado do Paraná formule lei que torne ineficaz a aplicação das normas federais já existentes sobre os transgênicos.

ADI's 3035 e 3054

### Date Created

27/08/2004